

O COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Lauro Mattei**

*Matheus Rosa***

Resumo: O principal objetivo do artigo é analisar as variações e as tendências observadas na balança comercial de Santa Catarina na última década, à luz do comportamento do comércio externo do país no mesmo período. Após breve discussão sobre o processo de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, apresenta-se a evolução da balança comercial nos últimos dez anos, tanto no Brasil, como em Santa Catarina. O artigo conclui que a dinâmica da balança comercial em ambos os casos reafirmou as tendências de desindustrialização e reprimarização da economia nacional, tendo em vista que a dinâmica da pauta exportadora se concentrou em bens primários baseados na exploração dos recursos naturais, enquanto as importações foram dominadas por produtos de maior intensidade tecnológica.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; comércio exterior; balança comercial.

BEHAVIOR OF THE TRADE BALANCE OF SANTA CATARINA IN PANDEMIC TIMES

Abstract: The main objective of this article is to analyze both the variations and the tendencies on the trade balance of Santa Catarina state in the last decade in comparison with the same behavior of the country's trade balance. After a short discussion about the deindustrialization and reprimarization process of Brazilian economy, the article discuss the picture of trade balance in the last ten years in both Brazil and in Santa Catarina State. The main conclusion is that the dynamic of the decade on the trade balance of Brazil and Santa Catarina reaffirm the tendencies of deindustrialization and reprimarization of the economies from Brazil and Santa Catarina State, since the country's exportation agenda was concentrated in primary goods based on natural resources and, at the same time, the country's import agenda was dominated by products with greater technological intensity.

Keywords: Brazil; Santa Catarina State; trade balance; foreign trade.

INTRODUÇÃO

A Balança Comercial (BC) é um indicador utilizado para mensurar o grau de relações externas de uma determinada economia, tanto em termos do volume de exportações como de importações. Quando o volume monetário das exportações supera o volume das importações diz-se que a BC apresentou resultado positivo. Quando ocorrer

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: matheusrosa.contato@outlook.com.

o contrário esse resultado será negativo, ou de forma técnica, será deficitário. Registre-se que essas contas sempre dizem respeito a valores monetários e não a quantidades dos produtos envolvidos no processo de trocas.

De uma maneira geral, o comportamento da BC depende em particular de dois indicadores. Por um lado, da taxa de câmbio adotada por um país em suas relações comerciais externas porque ela estabelece o preço de uma moeda em relação à outra. Por exemplo, se dissessemos que o dólar está a R\$ 10,00, isso significa o preço de um Dólar em relação ao Real. Se o Real tivesse um valor bem mais próximo do dólar, isso significaria o fortalecimento do Real com implicações diretas sobre as importações, uma vez que estas ficariam mais baratas. Por outro lado, o grau de protecionismo existente em cada país em função das restrições que os governos impõem em relação às importações, normalmente para proteger as estruturas produtivas domésticas.

Analisando-se o comportamento da BC do Brasil a partir do início dos anos 2000, é possível identificar dois movimentos que marcam a trajetória recente do comércio externo brasileiro. Por um lado, nota-se uma tendência de queda expressiva da participação dos produtos típicos da indústria de transformação na pauta exportadora do país, percentual que atualmente representa menos da metade do que tinha sido obtido na passagem do século XX para século XXI e, por outro, um intenso processo de *commoditização* da pauta exportadora, especialmente a partir de 2003-2004, devido ao boom dos preços de produtos primários no mercado internacional que, em grande medida, foi impulsionado pelo crescimento da demanda chinesa a esses produtos.

Esse processo de *commoditização* da pauta exportadora do país gerou saldos comerciais positivos de grande monta nos anos seguintes. Todavia, deve-se registrar que essa expansão ocorreu à luz do aumento da participação de produtos com menor valor agregado, destacando-se as *commodities* baseadas no uso intensivo dos recursos naturais, especialmente os produtos oriundos das atividades extrativas minerais e os produtos da agropecuária, particularmente a soja. Os extraordinários saldos positivos desses dois setores compensaram os resultados negativos da indústria de transformação, deixando uma ideia enganosa sobre o futuro da economia do país, a qual caminha a passos largos em direção a uma reprimarização histórica.

Evidentemente que esses saldos superavitários derivados das exportações de *commodities* primárias com baixos valores agregados são importantes para manter as contas externas em equilíbrio. Todavia, essa lógica cria uma dependência cada vez maior do comportamento dos preços internacionais, o que pode gerar uma maior vulnerabilidade

econômica, tendo em vista o descompasso entre os preços médios praticados no mercado internacional e o volume dos produtos exportados. Registre-se que tal situação já se faz presente, especialmente após a crise financeira global de 2008-2009.

Neste sentido, neste artigo analisa-se o comportamento da balança comercial de Santa Catarina à luz do comércio externo do país com o objetivo de compreender se esses dois fenômenos (queda da participação da produção industrial e aumento da participação das *commodities* primárias na pauta exportadora do país) também estão presentes na balança comercial catarinense. Para tanto, além dessa breve introdução, o artigo contém quatro seções. A primeira faz uma breve revisão de literatura sobre o comércio externo do país, enquanto segunda apresenta uma análise geral da balança comercial do país entre 2010 e 2020. Já a terceira seção faz uma análise aprofundada do comportamento da balança comercial do estado de Santa Catarina, procurando identificar seus principais elementos dinâmicos. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais do estudo, destacando-se as principais tendências do comércio externo catarinense.

1. BREVES NOTAS SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Ao longo das duas últimas décadas ocorreram intermináveis discussões sobre a temática da desindustrialização e da reprimarização da economia brasileira, as quais foram dominadas por dois fatos históricos relevantes: o “*boom* das *commodities*” que se expandiu no começo do século XXI; e a crise financeira que se tornou sistêmica a partir de 2008-2009, a qual provocou importantes quedas no superávit comercial do país. Esses fatos estimularam as reflexões sobre a forma de inserção do Brasil no comércio internacional, além de colocar em questão o tipo de bens e produtos que estavam sendo exportados pelo país. É neste contexto que os temas da reprimarização e da desindustrialização estão inseridos e sendo debatidos.

De um modo geral, observa-se que o processo de desaceleração do crescimento econômico em curso revelou a existência de uma “crise” no setor industrial, que está se generalizando nos ramos tradicionais (setores mais intensivos em tecnologia), os quais vêm enfrentando dificuldades para competir, tanto no mercado interno como externo, devido ao baixo grau de incorporação tecnológica. Esse fato conduz a uma baixa competitividade da indústria de transformação e provoca perda de dinamismo do conjunto da economia, uma vez que a falta de ganhos de produtividade industrial impede um crescimento do PIB a patamares mais elevados.

1.1. Aspectos internacionais do debate

A literatura internacional deu grande importância a esse assunto ao final do século XX, à luz de diversas análises realizadas nos países industrializados. Neste sentido, um estudo clássico foi desenvolvido por Rowthorn e Ramaswamy (1997), tendo por base diversas economias avançadas. Inicialmente, esses autores mostraram que a desindustrialização é uma consequência do dinamismo industrial das economias já desenvolvidas, ou seja, ela é resultado natural do sucesso do processo de desenvolvimento econômico, geralmente associado ao crescimento do padrão de vida da população. Para os autores, o padrão de especialização do comércio das economias avançadas ajuda a explicar as diferenças na estrutura de emprego entre elas, uma vez que observaram a existência de um forte declínio na parcela do emprego industrial entre os anos de 1970 e 1990, paralelamente ao crescimento contínuo do emprego no setor de serviços, sendo os EUA o país pioneiro nesse processo já na década de 1960.

Ao se deparar com o declínio da participação da produção industrial no PIB, os autores explicam que essa queda decorre do padrão de especialização das economias avançadas, o qual promove variações na estrutura do emprego nos diversos países. No entanto, advertem que essa mudança do emprego do setor industrial para o setor de serviços não está associada às alterações significativas no padrão de gastos entre os dois setores (indústria e serviços), mas reflete muito mais o crescimento do diferencial de produtividade entre indústria e serviços, sendo este o fator que faz o emprego se mover em direção ao setor de serviços, o qual precisa absorver grande parte do emprego industrial.

Tal assunto também foi analisado nos países da América Latina, destacando-se o estudo de José Gabriel Palma (2005), porém destacando que a desindustrialização não é resultado apenas de um único fator, mas da combinação de distintos fatores assim estabelecidos: mudanças no paradigma tecnológico; deslocamento de etapas da produção para países com mão de obra mais barata; políticas econômicas e monetárias adotadas em diversos países nas décadas de 1980 e 1990; e ocorrência dos efeitos da doença holandesa. Para esse autor, a doença holandesa é um fenômeno associado a uma onda súbita de exportações de produtos primários, sendo que na América Latina esse tema é mais um caso de desindustrialização descendente do que propriamente consequência do surgimento de outras atividades produtivas. Com isso, o autor concluiu que na América Latina, o Brasil e outros três países (Argentina, Uruguai e Chile) passaram a apresentar

um importante processo de desindustrialização após as reformas estruturais da década de 1990, sendo que a principal diferença entre esses países em relação aos países asiáticos foi o processo de transição entre o modelo de substituição de importações e as reformas econômicas, não havendo na América Latina uma transição combinada entre essas reformas e a dinâmica do processo industrial.

Já o Atlas da Complexidade Econômica, publicado em 2011 por Ricardo Hausmann e César Hidalgo, logo se transformou em uma importante ferramenta para analisar a evolução da estrutura produtiva dos países, especialmente em termos de como o conhecimento afeta os níveis de renda e do produto, além de como o próprio conhecimento se expande ao longo do tempo. De uma maneira geral, esses autores argumentam que a complexidade das exportações de um país é determinante para seu crescimento econômico de longo prazo, isto porque alguns produtos são mais essenciais para dinamizar outros setores produtivos devido aos seus efeitos de encadeamento e de transbordamento, tanto na esfera da oferta como na demanda. Em linhas gerais, isso significa que alguns produtos estabelecem maiores conexões com as demais atividades econômicas, destacando-se os produtos eletrônicos, mecânicos, químicos, etc. Já os produtos mais baseados em recursos naturais (petróleo cru, soja, etc.) possuem menor complexidade e, portanto, apresentam menor grau de conectividade.

Para tanto, Hausmann e Hidalgo (2011) desenvolveram o Índice de Complexidade Econômica (ICE), que permite analisar o grau de sofisticação da estrutura produtiva de um país, à luz de sua pauta exportadora. Essa sofisticação é mensurada a partir da combinação de informações sobre diversidade econômica decorrente da quantidade e ubiquidade dos produtos exportados, ou seja, do número de países que exportam esses mesmos produtos. Com isso, o ICE mostraria que economias sofisticadas seriam mais diversificadas por exportarem produtos com baixa ubiquidade, uma vez que poucos países produziram esses produtos sofisticados. Na versão de 2013 foram utilizadas novas bases de dados para estimar a complexidade de cada país e de seus produtos, tornando os resultados mais fortes. Assim, a nova versão produziu uma figura mais aprimorada da economia de cada país, de suas possibilidades e do potencial de crescimento futuro.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2021), no âmbito geral das exportações do país, nota-se que o ICE caiu da 25ª posição, em 1995, para a 49ª no ano de 2018. Já no período entre 2014 e 2018 o ICE das exportações brasileiras se manteve estável no patamar de 0,21. Este indicador mostra, ainda, que o

Brasil ocupava a 32ª posição no ranking mundial de exportações de manufaturados ao final de 2018.

1.2. O debate brasileiro recente sobre desindustrialização e reprimarização

O debate sobre a desindustrialização e a reprimarização da economia brasileira tem recebido atenção de diversos autores, destacando-se Bresser-Pereira (2008); Oreiro e Feijó (2010); Marconi (2011); Oreiro e Marconi (2014); Souza, Gabriel e Carvalho (2019), dentre outros. Na essência, esses autores procuraram compreender a perda de dinamismo da indústria brasileira na pauta exportadora do país, especialmente nas duas últimas décadas.

Bresser-Pereira (2008) reforça a tese de Palma (2005), destacando que a desindustrialização precoce observada na economia brasileira foi resultado da expansão da doença holandesa que levou a uma reprimarização da pauta exportadora do país, tendo como contrapartida um aumento das importações de bens manufaturados, fato que levou, conseqüentemente, a uma queda da participação da indústria no valor adicionado global da economia do país.

Já Oreiro e Feijó, afirmam que “uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para essa economia” (2010, p. 2). Todavia, quando a desindustrialização vier acompanhada de uma reprimarização da pauta exportadora baseada em *commodities* primárias, ela pode significar a existência da doença holandesa, geralmente causada pela apreciação da taxa real de câmbio. Neste caso, a desindustrialização está associada à déficits comerciais crescentes da indústria e superávits crescentes dos setores não industriais. Após sistematizar os principais aspectos desse debate, os autores concluíram que, tanto do ponto de vista da composição do saldo comercial como da composição do valor adicionado da indústria brasileira, notou-se um processo de desindustrialização causado pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta na valorização dos preços de *commodities* baseadas em recursos naturais nos mercados internacionais.

Ao debater as principais teses ortodoxas sobre a desindustrialização do país, Oreiro e Marconi (2014) destacam os principais equívocos destas. Como contraponto a essas teses, os autores afirmam que a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento do país, mas que apresenta um caráter precoce resultante da política cambial adotada nas duas últimas décadas. Neste sentido, os autores destacam a importância desse fenômeno para o conjunto do país, dado o expressivo papel

ainda representado pelo ramo industrial no contexto econômico geral. Além disso, entendem que a desindustrialização brasileira é precoce, comparativamente aos países desenvolvidos, porque o Brasil começou a se desindustrializar com um nível de renda per capita muito inferior ao nível de renda desses países. Além disso, os autores afirmam que ao longo dos últimos dez anos o processo de desindustrialização do país vem sendo acompanhado por uma reprimarização da pauta exportadora, sendo a apreciação da taxa de câmbio real um dos principais fatores que explicam a perda de competitividade da indústria de transformação brasileira.

De um modo geral, percebe-se que a abertura comercial e a reestruturação produtiva da década de 1990 impulsionaram a reprimarização da economia brasileira, uma vez que *commodities* baseadas em recursos naturais (agrícolas e minerais) passaram a comandar a pauta exportadora do país. Para Souza, Gabriel e Carvalho, “uma especialização setorial em bens intensivos em recursos naturais e na produção de *commodities* com baixa elasticidade-renda pode conduzir a economia brasileira a um processo de desindustrialização, retardando o desenvolvimento econômico” (2019, p. 4).

2. O DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENTRE 2010 E 2020

Nesta seção será analisada a evolução da balança comercial do país em uma década que foi marcada por períodos distintos, destacando-se três deles: a fase imediatamente posterior à crise financeira global de 2008-2009; os anos de crise da economia Brasileira entre 2014-2016; e a lenta recuperação das atividades econômicas entre 2017-2019. Devido à excepcionalidade histórica enfrentada no ano de 2020, tal período receberá uma atenção especial neste documento. De um modo geral, as atenções estarão voltadas para o comportamento do saldo comercial, das exportações e das importações, seguindo as análises tradicionais desses indicadores. Antes, porém, será feita uma breve explanação da situação do país no contexto geral do comércio mundial.

2.1. Breve panorama do Brasil no comércio mundial

Com base nos dados e nas informações do World Trade Organization Statistical Review de 2019 e 2020, publicados pela World Trade Organization (WTO, 2019; 2020), é possível elaborar um breve panorama da inserção do Brasil no comércio mundial nos anos de 2018 e 2019, tendo em vista que essas estatísticas dizem respeito ao ano anterior àquele publicado. Do ponto de vista das exportações, observa-se a continuidade da queda da participação do país no comércio global, que passou de 1,32%, em 2010, para 1,19%,

em 2019. Com isso, atualmente o Brasil se situa na 27^a posição no *ranking* mundial dos maiores exportadores. Tal cenário continua sendo liderado pela China, que no último ano considerado aumentou em 10% suas vendas, sendo seguida por Estados Unidos, Alemanha, Japão e Holanda.

Já a participação das importações do país no comércio global caiu de 1,23%, em 2010, para 0,91%, em 2019. Com isso, no *ranking* global de importações o Brasil passou a figurar em 28^o lugar. Tal setor continua sendo liderado mundialmente pelos Estados Unidos, seguidos pela Alemanha, França, Reino Unido etc.

Quanto às exportações de bens manufaturados, é importante registrar que o Brasil possui o nono parque industrial mundial, porém com apenas 1,83% do PIB desse setor. Do ponto de vista da participação brasileira nas exportações mundiais desses bens, nota-se que o país vem reduzindo sua presença no comércio global, uma vez que a sua taxa caiu de 0,62%, em 2018, para 0,55% em 2019, significando uma redução de aproximadamente 14% em apenas um ano. A consequência é que a participação do Brasil no comércio mundial de bens manufaturados está ficando cada vez mais marginal, sendo que sua inserção neste setor ocorre por meio das importações. Em grande parte, isso se deve ao fato do país ter ficado de fora dos grandes acordos comerciais nos últimos, além de passar a se especializar na exportação de produtos com menor valor agregado.

Neste caso, os dados recentes da WTO são incisivos ao revelar que, além de maior exportador de soja em grão, o Brasil passou a ser o terceiro maior exportador de produtos agrícolas e alimentares, além do oitavo exportador de ferro e aço. Ou seja, a agenda do comércio externo brasileiro é profundamente dominada por produtos primários baseados na exploração dos recursos naturais. É exatamente nesta direção que todo o debate acadêmico resumido na seção anterior desse artigo está mostrando como sendo a grande tendência da inserção do país no comércio mundial no início do século XXI.

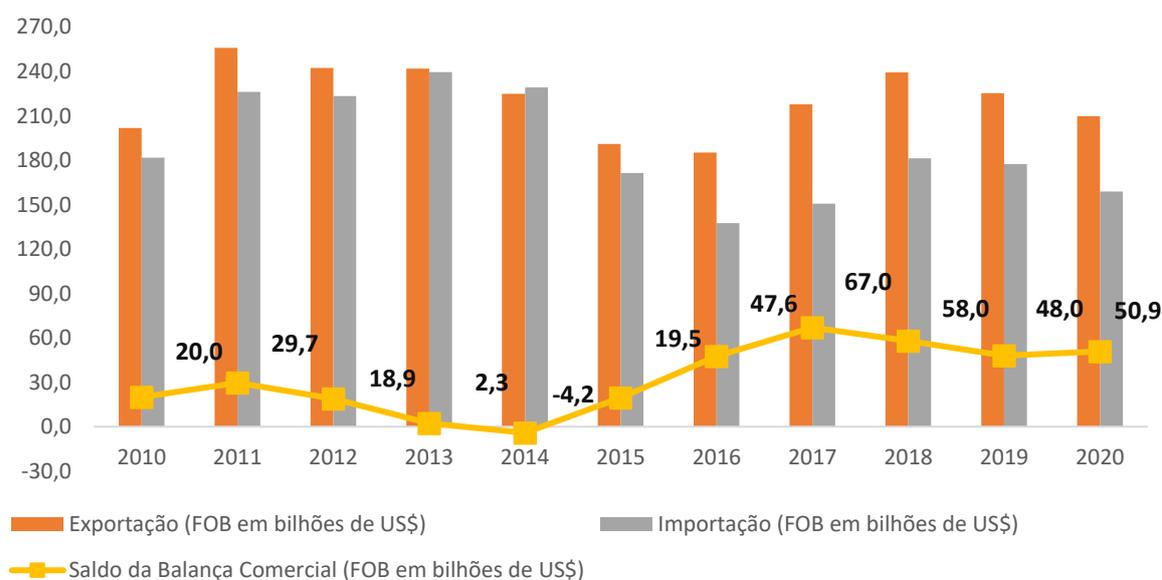
2.2. Síntese da evolução da balança comercial brasileira entre 2010 e 2020

Conforme discutido anteriormente, desde o início da década de 2000 o comércio externo brasileiro ingressou no chamado “*boom das commodities*”, processo este que ganhou maior intensidade a partir de 2005 quando passaram a ocorrer elevações nos preços dessas *commodities* impulsionados pelo aumento da demanda no mercado internacional, sobretudo em função do crescimento econômico chinês. Nesse contexto, observou-se que o comércio externo brasileiro passou a ser pautado cada vez mais por itens com menor valor agregado, uma vez que as *commodities* agropecuárias e do setor

extrativo mineral vêm tomando espaço em contraposição às *commodities* industriais delas derivadas.

O Gráfico 1 mostra esse movimento a partir dos saldos comerciais e do volume monetário das exportações e importações no período acima mencionado. Tomando-se o ano de 2011 como ponto de partida, nota-se que o saldo global de US\$ 29,7 bilhões decorreu do expressivo superávit comercial de aproximadamente US\$ 78 bilhões obtidos pelas *commodities* primárias, que compensaram o déficit da indústria de transformação que atingiu aproximadamente US\$ 48 bilhões, valor quase 40% maior que aquele registrado no ano de 2010. A consequência imediata foi a queda da participação dos produtos industriais na pauta de exportação do país para o patamar de 57%, quando no ano de 2000 era de 81%.

Gráfico 1 – Exportações, Importações e Saldo Comercial, Brasil (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Não há dúvidas de que esse grande volume de recursos obtidos com as exportações de *commodities* de natureza primária foi e está sendo essencial para manter as contas externas equilibradas. Todavia, a dependência de preços mais elevados para se ampliar o comércio externo também pode ser considerada um fator de vulnerabilidade, além do fato de haver um descompasso entre o crescimento do volume exportado comparativamente ao aumento dos preços recebidos, ou seja, o quantum exportado cresce em proporções muito disparees entre volume e preço.

Com certo arrefecimento desse “boom” nos anos seguintes, verifica-se que o saldo comercial do país foi se reduzindo até ficar negativo no ano de 2014, fato que já antecipava a grande crise que o país enfrentaria nos anos seguintes, situação que só se normalizaria a partir de 2017.

Os baixos saldos observados entre 2015 e 2016 decorreram da crise econômica que contraíram as importações (-25% em 2015) e que também levaram à queda das exportações (queda de 15% em 2015). Mas o superávit de 2016 mais que o dobrou valor obtido em 2015, fato que já indicava uma retomada da expansão superavitária da balança comercial em patamares elevados, os quais viriam a se concretizar a partir de 2017, devido ao importante papel desempenhado pelas exportações industriais.

Com o arrefecimento da crise econômica e com a retomada mais expressiva das exportações para a economia chinesa, os saldos comerciais voltaram a registrar sucessivos valores positivos, sendo que no ano de 2017 foi registrado o maior saldo positivo da década, ao atingir o patamar de 67 Bilhões de US\$-FOB.

Todavia, esse cenário bastante positivo não duraria muito tempo conforme resultado de 2019, quando o saldo praticamente retomou ao patamar de 2016. Houve um recuo de aproximadamente 8% nas exportações em relação ao ano de 2018, sendo que tal queda ocorreu em todos os grupamentos de produtos (manufaturados, semimanufaturados e produtos básicos). Tal inversão está ligada ao processo de desaceleração do comércio mundial observado em 2019, cujo epicentro teve origem na “guerra comercial” entre os Estados Unidos e a China, fazendo com que o comércio global crescesse a metade do ano anterior, segundo a WTO (2020).

No caso brasileiro, a consequência foi o declínio imediato do saldo comercial, cujo superávit de 2019 foi 18% inferior ao verificado no ano anterior. E essa queda só não foi mais intensa porque novamente as importações caíram consideravelmente, especialmente nos grupos de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Com isso, do ponto de vista comercial o país ficou menos integrado à economia mundial.

Por fim, o ano de 2020 merece destaque especial devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus e seus efeitos sobre a economia global. Mesmo assim, verifica-se que a balança comercial brasileira apresentou um superávit de aproximadamente US\$ 51 bilhões, montante que representa um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Mas esse resultado positivo precisa ser compreendido para além de uma simples conta matemática. Em primeiro lugar, observa-se que a crise da Covid-19 promoveu um recuo

de quase 10% das importações, fato que pode ser considerado como principal responsável pela melhora momentânea do saldo comercial.

Mas no momento mais agudo dos efeitos da pandemia sobre a economia brasileira, sobretudo quando o mercado mundial ficou mais restritivo ao comércio de bens manufaturados, nota-se que as exportações de produtos agropecuários cresceram exponencialmente e contribuíram decisivamente para o resultado final. Em grande medida, esse comportamento se deve à taxa de câmbio mais competitiva no ano de 2020 (o Real passou de 4,27 por dólar em janeiro de 2020 para 5,20 em dezembro do mesmo ano), bem como ao aumento da demanda mundial por produtos alimentares¹.

Ainda sobre o saldo positivo de 2020, deve-se agregar o fato de que houve uma rápida recuperação econômica do principal parceiro comercial do país (China), além de que as quedas das atividades econômicas nos países desenvolvidas foram menos intensas em função das políticas de enfrentamento da pandemia adotadas por vários governos. Com isso, também houve uma recuperação das exportações industriais do país no segundo semestre de 2020, fazendo com que o saldo do setor ficasse positivo no referido ano.

A Tabela 1 apresenta a evolução das exportações brasileiras, segundo a Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE)², para o período entre 2010 e 2020. Inicialmente se observa que a participação dos Bens Intermediários em 2010 correspondia a 73% da pauta de exportações, patamar que se manteve inalterado até 2013. Mesmo com a crise econômica nos anos seguintes, esse percentual foi se elevando sequencialmente até atingir 79% no último ano da série. Em função disso, essa categoria econômica apresentou uma variação positiva de 13% ao final da série considerada. De um modo geral, esses dados confirmam uma tendência de especialização da pauta exportadora nos produtos de baixa densidade tecnológica, uma vez que os produtos classificados como “Bens Intermediários”, em sua maioria são alimentos, combustíveis e produtos de baixa densidade tecnológica destinada à indústria externa.

¹ Um exemplo foi o caso do arroz, cuja produção foi destinada, em sua maioria, ao mercado internacional, provocando desabastecimento no mercado doméstico, com consequente elevação expressiva do preço para consumidor brasileiro.

² A CGCE é uma categorização do IBGE que divide a atividade industrial entre Bens Intermediários, Bens de Consumo e Bens de Capital. Uma caracterização completa dessa classificação pode ser consultada em IBGE (2013).

Tabela 1 – Composição da pauta de exportações por Grandes Categorias Econômicas, Brasil (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)

<i>Ano</i>	<i>Bens Intermediários (BI)</i>	<i>Bens de Consumo (BC)</i>	<i>Bens de Capital (BK)</i>
2010	130,2	32,9	14,4
2011	169,5	35,6	18,1
2012	157,9	33,2	19,8
2013	159,9	35,7	24,0
2014	150,5	32,7	16,7
2015	129,8	29,3	15,5
2016	123,4	29,9	18,3
2017	145,6	34,0	17,0
2018	155,5	31,2	21,2
2019	148,3	30,8	16,2
2020	146,6	29,2	9,5
<i>Var. (2010 - 2020)</i>	13%	-11%	-34%

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

A categoria dos “Bens de Consumo” em 2010 tinha uma participação de 19% na pauta exportadora do país, percentual que foi decaindo nos anos seguintes, sendo que entre 2013 e 2019 praticamente se manteve na faixa de 15%, patamar que subiu um ponto percentual no ano final da série. Em função disso, essa categoria econômica apresentou uma variação negativa de 11% ao final da série considerada. Os bens classificados como “Bens de Consumo” correspondem àqueles destinados ao consumo imediato no mercado externo, concentrando-se principalmente nas categorias de Bens de Consumo Duráveis e de Semiduráveis.

Finalmente, a classificação econômica de “Bens de Capital” em 2010 tinha uma participação de 8% do total da pauta exportadora do país. Esse percentual cresceu até 2013, quando atingiu o patamar de 11%. Durante a crise econômica sua participação se reduziu para 9%, caindo para 8,5% antes do início da pandemia. Durante o ano de 2020 correspondia a apenas 5% da pauta exportadora do país, fato extremamente preocupante, uma vez que essa categoria representa a parcela das exportações que corresponde às atividades industriais de menor complexidade, com produtos destinados à produção de máquinas, equipamentos, materiais de construção etc. Em função disso, essa categoria econômica apresentou uma variação negativa de 34% ao final da série considerada.

A Tabela 2 apresenta a lista dos dez produtos com maior participação nas exportações do país. Inicialmente observa-se que, quando somados, os percentuais de

participação desses produtos correspondem a 54% da pauta exportadora do país, indicando uma clara concentração das exportações nos bens primários. Neste caso, nota-se que o produto mais relevante é a soja, que apresentou um notável avanço nas exportações na última década, passando de 5,5%, em 2010, para 13,6%, em 2020. Já minério de ferro, óleo de petróleo, carne de gado bovino e milho apresentaram variações positivas em suas participações ao longo da década, ao passo que açúcar de cana bruto, apresentou uma variação negativa, apesar de ainda manter o quarto maior percentual de participação dentre os dez produtos.

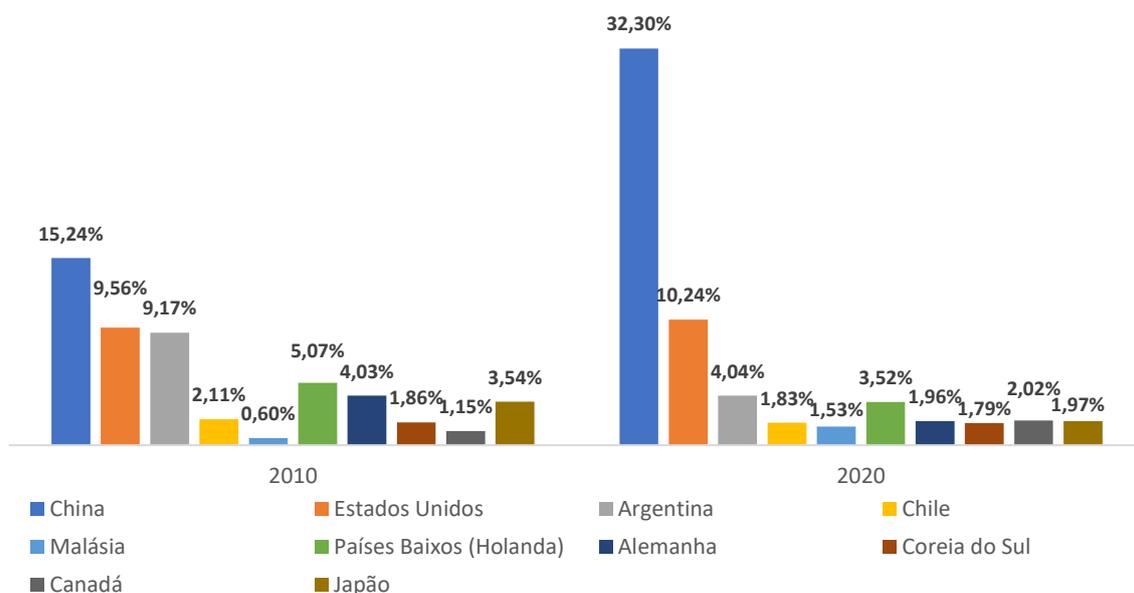
Tabela 2 – Dez seções de produtos com maior participação nas exportações brasileiras (2010-2020)

<i>Seção</i>	<i>2010 (Bilhões de US\$-FOB)</i>	<i>2020 (Bilhões de US\$-FOB)</i>	<i>Part. nas Exp. (%)</i>	<i>Var. p. p (2010-2012)</i>
<i>Soja</i>	110,4	285,6	13,6	8,1
<i>Minério de ferro e seus concentrados, não aglomerado</i>	213,5	242,1	11,5	1,0
<i>Óleos de petróleo</i>	162,9	194,7	9,3	1,2
<i>Açúcar de cana, em bruto</i>	93,06	74,09	3,5	-1,1
<i>Carne de gado bovino congelada, desossada</i>	33,60	66,63	3,2	1,5
<i>Bagaços e outros resíduos sólidos</i>	47,18	59,16	2,8	0,5
<i>Milho (exceto milho doce)</i>	21,36	58,50	2,8	1,7
<i>Pastas químicas de madeira</i>	44,28	55,71	2,7	0,5
<i>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos</i>	30,60	50,55	2,4	0,9
<i>Café não torrado, não descafeinado</i>	51,78	49,74	2,4	-0,2

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do destino das exportações brasileiras entre os anos de 2010 e 2020. Em primeiro lugar, destaca-se a expressiva participação da China, uma vez que passou a ser o país receptor de 32,30% das exportações brasileiras ao final do período considerado, percentual que em 2010 era de 15,24%. Já o incremento da participação dos EUA no destino das exportações do país se manteve em 10,24%. Em segundo lugar, destaca-se a grande queda de participação de alguns países, como são os casos da Argentina, que caiu de 9,17%, em 2010, para 4,04%, em 2020; da Alemanha, que caiu de 4,03% para 2,02% no mesmo período; dos Países Baixos, cujo percentual se reduziu de 5,07% para 3,52%; e do Chile, cujo patamar final se situou abaixo de 2%.

Gráfico 2 – Países de destino das exportações brasileiras (2010-2020)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Essas informações revelam duas características importantes: por um lado, ao final de 2020 o Brasil deixou de ter os países do Mercosul como destino importante de seu comércio internacional e, por outro, seu espaço comercial junto aos países europeus está cada vez mais restrito. O resultado é que o comércio exterior brasileiro atualmente é muito dependente do comportamento da demanda de apenas dois países: China e EUA.

A Tabela 3 apresenta a evolução das importações brasileiras, segundo a Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE), para o período entre 2010 e 2020. Inicialmente se observa que a participação dos Bens Intermediários em 2010 correspondia a 66,5% da pauta de importações, patamar que se manteve inalterado até 2018, mesmo diante da crise econômica que ocorreu entre os anos de 2014-2016. Em 2020 esse percentual caiu para 65,5%, uma vez que o conjunto das importações do país foi reduzido diante dos efeitos da pandemia, conforme abordamos anteriormente. Com isso, verifica-se uma variação negativa da ordem de 7% no período considerado.

Em 2010 a categoria dos “Bens de Consumo” tinha uma participação de 17% na pauta importadora do país, percentual que foi se mantendo nos anos seguintes, tendo atingido seu ápice em 2015, com 18% do montante importado. A partir daí apresentou uma sequência de quedas para, ao final da série considerada, situar-se no patamar de 14,5%. Em função disso, essa categoria econômica apresentou uma variação negativa de 22% ao final da série.

Tabela 3 – Composição da pauta de Importações por Grande Categoria Econômica, Brasil (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)

<i>Ano</i>	<i>Bens Intermediários (BI)</i>	<i>Bens de Consumo (BC)</i>	<i>Bens de Capital (BK)</i>
2010	103,6	27,1	25,7
2011	124,7	34,9	30,5
2012	123,0	33,4	31,7
2013	131,7	34,7	32,7
2014	126,9	33,1	29,5
2015	99,4	26,8	23,3
2016	85,0	21,7	18,4
2017	93,7	23,3	16,1
2018	105,0	25,5	28,6
2019	106,7	24,6	25,2
2020	95,9	21,1	29,4
<i>Var. (2010 – 2020)</i>	-7%	-22%	15%

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores

Por fim, a classificação econômica de “Bens de Capital” em 2010 tinha uma participação de 16,5% do total da pauta importadora do país. Esse percentual cresceu até 2013, sofreu pequenas oscilações durante a crise econômica e voltou a crescer a partir de 2018, atingindo o patamar de 20% no ano de 2020. Com isso, ao final apresentou uma variação positiva da ordem de 15%, percentual que revela uma tendência crescente de importação desses bens, ainda que as proporções indiquem uma predominância dos Bens Intermediários na pauta importadora do país.

A Tabela 4 apresenta a lista dos dez produtos com maior participação nas importações do país. Inicialmente observa-se que a gama de produtos importados pelo país é extremamente vasta, sendo que os dez produtos com maior participação atingem aproximadamente 25% do total importado. Mesmo assim, é importante verificar que nesse cenário de maior diversificação existe certa concentração das importações em bens de maior densidade tecnológica.

O produto com maior importação, ainda que em tendência de queda na década, foi óleo de petróleo, com participação de 4,6%; seguido por plataformas de perfuração (4,0%), tubos flexíveis de metais comuns (2,4%); embarcações leves (2,3%), dentre outros. Registre-se que esses três produtos apresentaram forte crescimento na década, com expansões de 4,0, 2,4 e 2,3 pontos percentuais em suas respectivas taxas de participação, enquanto óleo de petróleo registrou retração de -1,5 pontos percentuais na

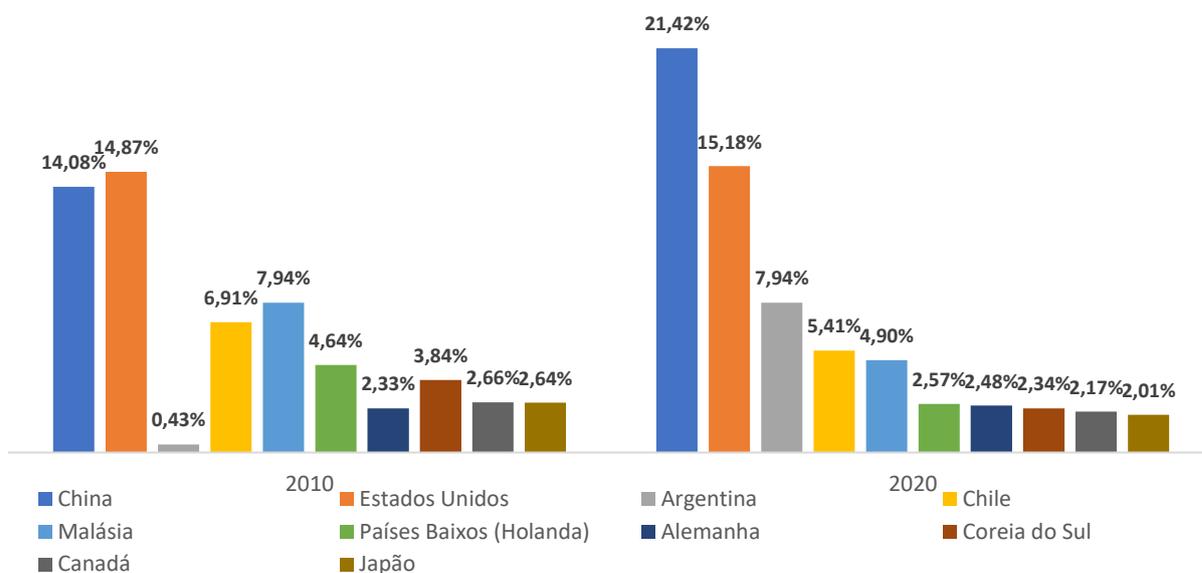
participação da pauta de importações. Com essas desagregações é possível notar uma tendência de maior concentração das importações em produtos de alta densidade tecnológica.

Tabela 4 – Dez seções de produtos com maior participação nas importações brasileiras (2010-2020)

<i>Seção</i>	2010	2020	Part. nas Exp. (%)	Var. p. p (2010 - 2020)
<i>Óleos de petróleo</i>	111,46	73,88	4,6	-1,5
<i>Flutuantes ou plataformas de perfuração</i>	0,00	63,91	4,0	4,0
<i>Tubos flexíveis de metais comuns</i>	0,68	38,39	2,4	2,4
<i>Embarcações leves</i>	0,01	36,04	2,3	2,3
<i>Anti-soros, vacinas para medicina humana e veterinária</i>	24,97	31,86	2,0	0,6
<i>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos</i>	100,98	26,14	1,6	-3,9
<i>Cloreto de potássio</i>	22,34	25,51	1,6	0,4
<i>Peças industriais</i>	15,14	25,04	1,6	0,7
<i>Medicamentos, n.e.p</i>	23,31	23,91	1,5	0,2
<i>Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes</i>	5,35	23,74	1,5	1,2

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Por fim, o Gráfico 3 apresenta a evolução da origem das importações brasileiras entre os anos de 2010 e 2020. Da mesma forma que no caso das exportações, destaca-se a expressiva participação da China, uma vez que esse país é origem de 21,42% das importações brasileiras ao final do período considerado, percentual que em 2010 era de 14,08%. Já o incremento da participação dos EUA nas importações do Brasil foi relativamente baixo, uma vez que passou de 14,87% para 15,18%, no final do período considerado. Em segundo lugar, e contrariamente ao observado nas exportações, verificase a expansão da origem das importações da Argentina (7,94%) e do Chile (5,41%), embora este último país tenha sofrido uma pequena queda ao final da série. Por fim, observou-se queda da participação das importações brasileiras em todos os demais países listados, destacando-se a expressiva queda das importações com origem nos Países Baixos e na Malásia.

Gráfico 3 – Países de origem das importações brasileiras (2010-2020)

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores

3. COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL CATARINENSE

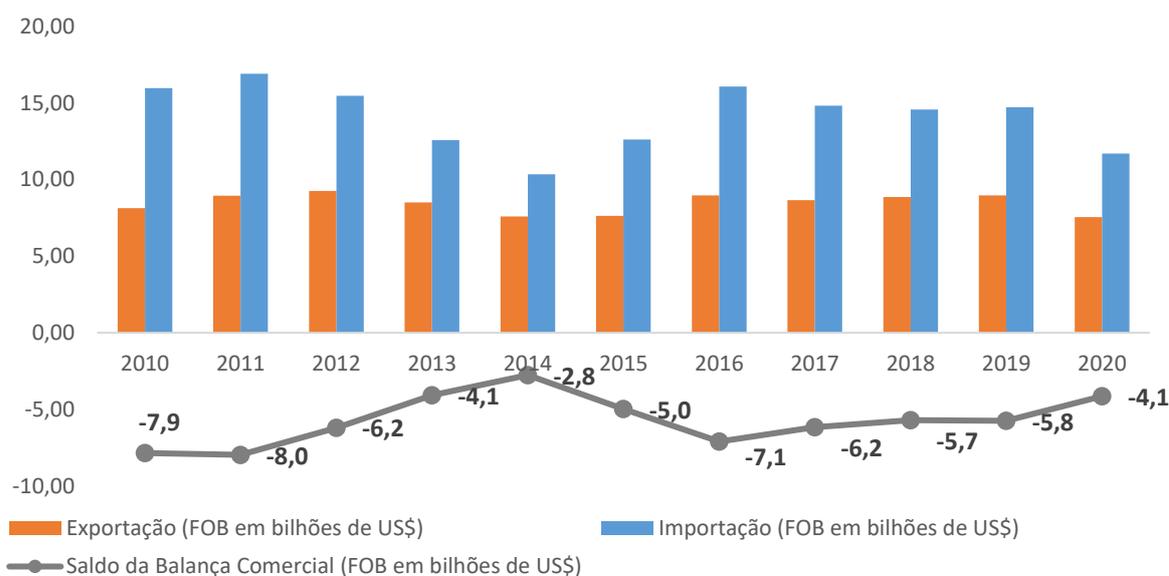
A dinâmica da balança comercial catarinense na última década não se mostrou descolada das tendências e dos fatores causais observados no quadro nacional, de forma que os principais fatores dinâmicos da balança comercial brasileira também interferiram diretamente no comportamento das exportações, importações e do saldo comercial catarinense. Assim, a crise mundial de 2008-2009, a crise brasileira de 2014-2016 e sua posterior retomada parcial, além da excepcionalidade de 2020 decorrente da pandemia do novo coronavírus foram momento cruciais na definição da dinâmica comercial catarinense.

Em termos gerais, a característica distintiva da balança comercial catarinense está na sua configuração estruturalmente deficitária, que se manteve presente ao longo de toda a década considerada. A consequência dessa característica é a dependência elevada de fatores da oferta de produtos no mercado mundial, do câmbio apreciado e também do bom desempenho econômico interno para garantir as importações.

O Gráfico 4 apresenta as variações das exportações, importações e saldo comercial de Santa Catarina na última década. Inicialmente nota-se certa estabilidade dos valores anuais de exportação, bem como uma variação constante dos valores importados, de modo que tal variação determine, em grande medida, o saldo comercial do estado. Os anos iniciais da década de 2010, marcados pela expansão das atividades econômicas

internas e pelo câmbio apreciado, promoveram grandes volumes de importações, sendo que no ano de 2011 a balança comercial catarinense registrou o maior valor desse quesito, com 16,9 Bilhões de US\$-FOB. Todavia, nesse mesmo ano registrou-se um enorme déficit comercial do estado, atingindo a marca de 8 Bilhões de US\$-FOB.

Gráfico 4 – Exportações, Importações e Saldo Comercial, Santa Catarina (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Após esse ano, teve início um movimento contínuo de elevação da taxa de câmbio, fato que, em conjunto com o arrefecimento da atividade econômica catarinense a partir de 2012, provocou uma gradual desaceleração das importações. Entre os anos de 2012 e 2013 as importações sofreram queda de 19%, enquanto no período seguinte (2013 e 2014) a queda foi da ordem de 17%, sendo o pior valor registrado no período analisado. Em termos monetários significou um valor de 10,4 Bilhões de US\$-FOB. Registre-se que nesse mesmo ano (2014) o valor das exportações foi baixo, atingindo apenas 7,59 Bilhões de US\$-FOB, patamar que foi superado apenas no ano excepcional da pandemia do novo coronavírus (2020). Diante desses resultados e excetuando-se o ano da pandemia, é possível afirmar que 2014 foi o pior ano da década para o estado catarinense, em termos de relações econômicas com o setor externo.

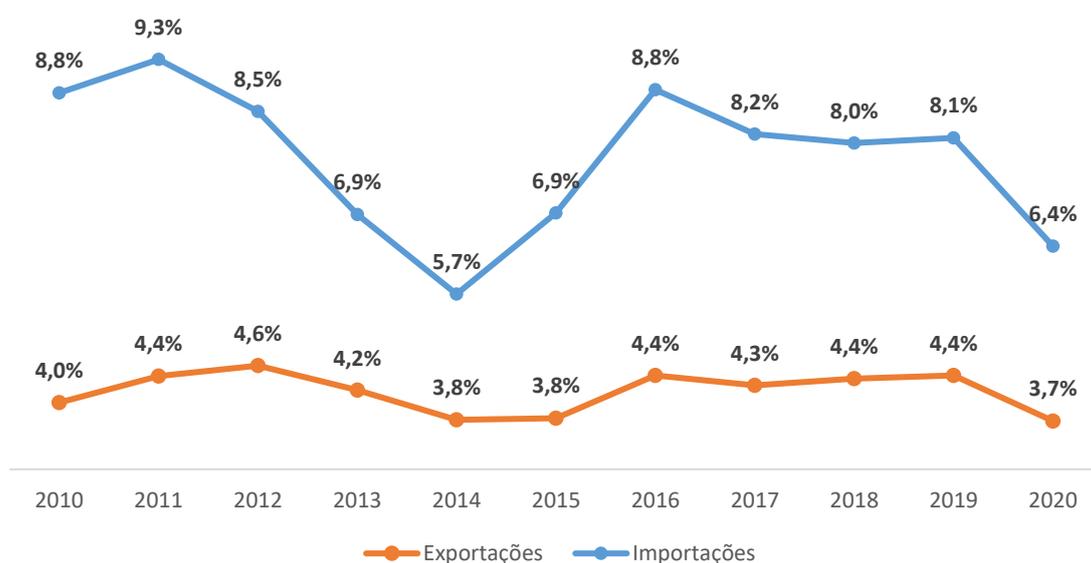
A partir de 2015, nota-se uma nova elevação das importações que se manteve mais ou menos constante até 2019, impulsionada principalmente pela breve retomada econômica após os impactos da recessão econômica brasileira de 2014-2016. Nesse período, as exportações também se mantiveram estabilizadas e o saldo comercial

apresentou leve redução de seu déficit de -7,1 Bilhões de US\$-FOB, em 2016, para -5,8 Bilhões de US\$-FOB, em 2019.

No ano de 2020 a balança comercial catarinense absorveu todos os impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus, com configuração muito próxima àquela apresentada pela balança comercial nacional. Desta forma, observa-se uma queda tanto das exportações como das importações, sendo que nos valores exportados ocorreu queda de -16% enquanto nos valores importados ocorreu uma retração de -21%. Com isso, a década terminou com redução das transações comerciais catarinenses junto ao mercado externo.

Além disso, o Gráfico 5 mostra a redução da participação das exportações e importações catarinenses na balança comercial brasileira. Do ponto de vista das exportações, a trajetória foi manteve-se relativamente estável até 2019, porém com uma queda acentuada no ano de 2020, fato atrelado aos impactos da pandemia, mostrando que o mesmo foi mais expressivo sobre a pauta de exportações em Santa Catarina em relação ao conjunto do país. Com isso, a participação no período considerado passou de 4,0%, em 2010, para 3,7%, em 2020, percentual que é baixo no contexto nacional.

Gráfico 5 – Participação das Exportações e Importações de Santa Catarina no total do Brasil (2010-2020)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Do ponto de vista da participação das importações, observam-se movimentos muitos distintos ao longo do período considerado. Assim, de um total de 8,8% registrado em 2010 passou-se para 5,7% em 2014, menor percentual da década. Em grande medida,

esse comportamento está relacionado ao processo de crise econômica doméstica que teve início no referido ano, levando a uma retração nas duas esferas das relações comerciais externas. Após esse ano teve início uma trajetória de recuperação da taxa de participação das importações catarinenses até o ano de 2016, quando a participação voltou ao mesmo patamar do início da década, movimento que só foi interrompido em 2020 devido aos impactos da pandemia. Da mesma forma que ocorreu nas exportações, a perda da participação das importações catarinenses ocorreu de forma mais aguda, comparativamente àquela verificada em nível nacional.

A Tabela 5 apresenta a pauta exportadora catarinense para o período considerado. Seguindo uma trajetória semelhante da balança do país, verifica-se uma queda de -21% das exportações nos Bens de Consumo (queda concentrada nos Bens de Consumo Duráveis) e de -7% nos Bens de Capital, enquanto os Bens Intermediários registraram forte expansão, com variação positiva de 33% dos valores exportados.

Tabela 5 – Composição da pauta de exportações por Grande Categoria Econômica, Brasil (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)

<i>Ano</i>	<i>Bens Intermediários (BI)</i>	<i>Bens de Consumo (BC)</i>	<i>Bens de Capital (BK)</i>
2010	3,9	2,9	0,8
2011	4,6	3,3	1,0
2012	4,8	3,0	1,0
2013	4,7	2,9	1,0
2014	4,9	2,9	1,0
2015	4,4	2,4	0,8
2016	4,3	2,6	0,7
2017	4,9	2,8	0,8
2018	5,4	3,0	0,8
2019	5,1	3,1	0,8
2020	5,1	2,3	0,7
<i>Var. (2010 - 2020)</i>	33%	-21%	-7%

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Com isso, nota-se que houve importantes mudanças na composição da pauta exportadora catarinense ao longo da década considerada no que concerne a essas três categorias econômicas, uma vez que no início da década os Bens Intermediários respondiam por 51% das exportações totais, enquanto em 2020 sua participação subiu para 62% do valor total do comércio externo catarinense. Tal crescimento foi acompanhado por uma queda relativa dos demais setores.

Esse processo fica mais evidente quando se analisam as informações presentes na Tabela 6, que mostra os dez produtos com maior participação na pauta exportadora catarinense de 2020. Em primeiro lugar, nota-se que grande parte desses produtos é origem agropecuária e com baixa densidade tecnológica, como é o caso dos três primeiros produtos com maior participação: carne de suínos (13,73%), cortes de aves (12,85%) e soja (8,20%). Além disso, é também notório o aumento da participação desses produtos ao longo da década, sendo que em 2010 a participação da carne de suínos registrou um valor de 2,97 Bilhões de US\$-FOB, o qual atingiu o patamar de 11,16 Bilhões de US\$-FOB em 2020, representando um aumento de 276% do valor exportado.

Tabela 6 – Dez seções de produtos com maior participação nas exportações de Santa Catarina (2010-2020)

<i>Seção</i>	<i>2010 (Bilhões de US\$-FOB)</i>	<i>2020 (Bilhões de US\$-FOB)</i>	<i>Part. nas Exp. (%)</i>	<i>Var. p. p (2010-2020)</i>
<i>Carne de suínos congelada</i>	2,97	11,16	13,73	9,8
<i>Cortes de aves ou outros despojos, congelados</i>	11,86	10,44	12,85	-2,8
<i>Soja</i>	1,41	6,67	8,20	6,3
<i>Peças para motores de ignição</i>	2,87	3,13	3,85	0,1
<i>Motores de corrente alternada</i>	4,31	3,07	3,78	-1,9
<i>Tabaco</i>	8,59	2,52	3,10	-8,3
<i>Madeira de coníferas</i>	0,65	2,41	2,96	2,1
<i>Portas e respectivos caixilhos</i>	1,28	2,26	2,78	1,1
<i>Aves inteiras congeladas</i>	3,35	2,10	2,59	-1,9
<i>Outras madeiras compensadas</i>	1,11	2,01	2,47	1,0

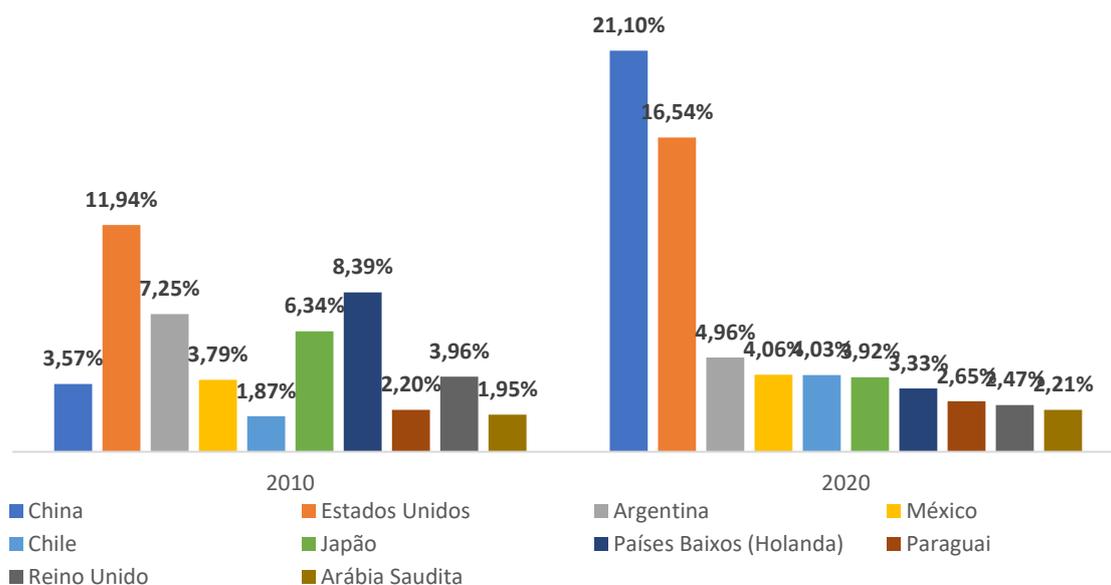
Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

Em termos gerais, esses dez produtos mais exportados correspondiam a 56% do valor total das exportações do estado em 2020, revelando a existência de uma pauta fortemente concentrada nos produtos básicos de origem animal e vegetal, fator que reforça a tese geral de desindustrialização e de reprimarização também da economia catarinense, à luz do mesmo processo em curso em âmbito nacional. Deste modo, pode-se dizer que a perda de relevância dos setores que concentram atividades de maior complexidade tecnológica ilustra a perda de dinamismo das atividades industriais no comércio externo do estado, fato que o coloca em uma posição cada vez mais subordinada no comércio mundial.

O Gráfico 6 expressa outra tendência marcante na década considerada, ou seja, o expressivo crescimento da participação chinesa como país destino das exportações

catarinenses. Em 2010, apenas 3,57% das exportações catarinenses eram destinadas ao mercado chinês, participação que em 2020 atingiu 21,10%. Com isso, o país asiático assumiu o primeiro lugar de destino das vendas do estado. Grande parte dessas exportações diz respeito à carne de suínos, fator que contribui para explicar a expansão exponencial de sua participação na pauta de exportações catarinenses.

Gráfico 6 - País de destino das Exportações, Santa Catarina (2010-2020)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

É importante também notar a expansão dos Estados Unidos como destino das exportações, passando de 11,94%, em 2010, para 16,54% em 2020. Além desses, México e Chile também apresentaram expansões na participação como país de destino. Já Argentina e Países Baixos foram locais que perderam importância na participação do comércio externo catarinense.

Em termos gerais, esses dados mostram uma tendência de concentração das exportações catarinenses em dois países (China e Estados Unidos), os quais respondiam aproximadamente 38% do total das exportações de Santa Catarina. Em ambos os casos, a maior parte dessas exportações corresponde aos bens de baixa densidade tecnológica que observamos nas tabelas anteriores, com destaque para carne de suínos e Aves.

A Tabela 7 apresenta as variações das importações catarinenses dentre as distintas categorias econômicas no período considerado. De um lado tem-se a redução da participação das importações de Bens Intermediários de 70%, em 2010, para 60%, em 2020 e, de outro, o setor de Bens de Consumo ampliou sua participação nas importações

de 17% 23%, no mesmo período, enquanto o setor de Bens de Capital terminou no patamar de 11,8%. Com isso, observa-se um maior crescimento percentual da importação de Bens de Consumo e um crescimento bem menor das importações de Bens Intermediários. Nesse contexto, verifica-se que a pauta de importações catarinense dá maior importância aos dos bens mais intensivos em tecnologia.

Tabela 7 – Composição da pauta de Importações por Grande Categoria Econômica, Santa Catarina (2010-2020, FOB em Bilhões de US\$)

<i>Ano</i>	<i>Bens Intermediários (BI)</i>	<i>Bens de Consumo (BC)</i>	<i>Bens de Capital (BK)</i>
2010	8,2	2,0	1,5
2011	10,0	2,9	1,8
2012	9,7	3,1	1,7
2013	9,3	3,7	1,8
2014	10,2	4,0	1,9
2015	7,8	3,2	1,6
2016	6,7	2,5	1,1
2017	8,4	3,0	1,2
2018	10,0	3,9	1,6
2019	10,7	4,4	1,8
2020	10,4	3,7	1,9
<i>Var. (2010 - 2020)</i>	27%	82%	29%

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

É possível ver essa configuração de maior importância dos bens mais intensivos em tecnologia nas importações quando se analisam os dez produtos com maior participação nas importações, os quais representam 16% do total, conforme Tabela 8. Inicialmente, nota-se que a maior participação é de cobre refinado, que representa 4,87% das importações do estado. Porém, sempre é bom lembrar que a importação desse bem registrou forte queda na década, saindo de 14,24 Bilhões de US\$-FOB, em 2010, para 7,78 Bilhões de US\$-FOB, em 2020. Além disso, é importante notar a presença de bens intensivos em tecnologia, como dispositivos fotossensíveis semicondutores, veículos automóveis, fios e filamentos sintéticos e conversores estáticos, os quais tiveram franca expansão durante o período. Por fim, é importante destacar também que, diferentemente da pauta de exportações, as importações catarinenses são bem mais distribuídas, de modo que os dez produtos mais importados correspondiam a apenas a 16% do total das importações do estado.

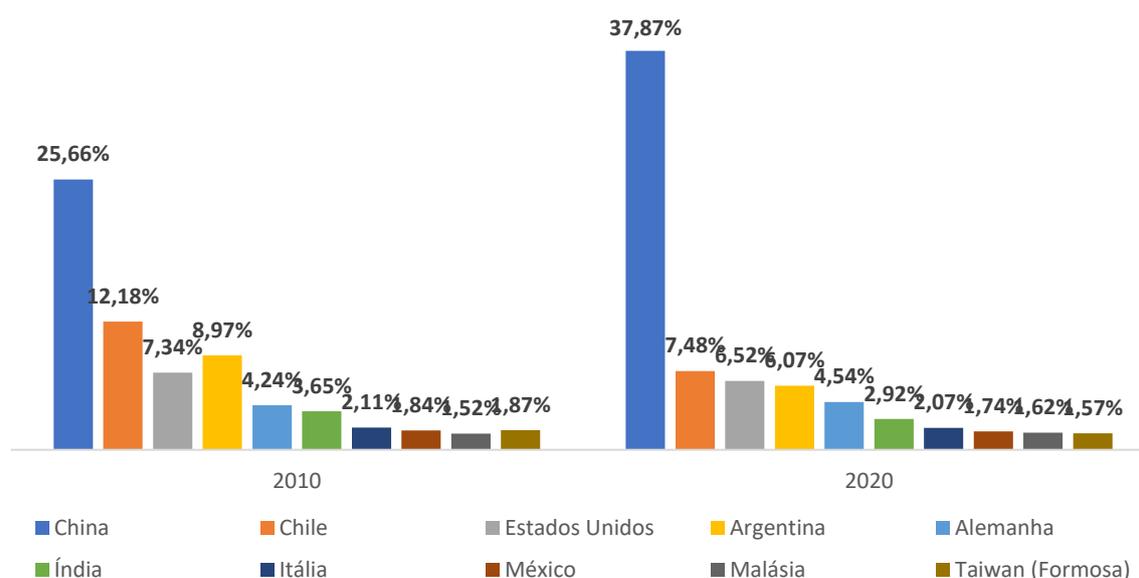
Tabela 8 – Dez seções de produtos com maior participação nas importações de Santa Catarina (2010 – 2020)

Seção	2010 (Bilhões de US\$-FOB)	2020 (Bilhões de US\$-FOB)	Part. nas Exp. (%)	Var. p. p (2010-2020)
Cobre refinado	14,24	7,78	4,87	-7,3
Uréia	0,27	3,17	1,98%	1,8
Dispositivos fotossensíveis semicondutores	0,04	2,33	1,46	1,4
Veículos automóveis	0,29	2,16	1,35	1,1
Luvas e semelhantes de borracha	0,73	2,12	1,33	0,7
Batatas preparadas	0,43	1,90	1,19	0,8
Fios de filamentos sintéticos	1,47	1,87	1,17	-0,1
Cloreto de polivinila	1,38	1,78	1,11	-0,1
Conversores estáticos	0,28	1,60	1,00	0,8
Outros polímeros de etileno	1,86	1,52	0,95	-0,6

Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

O Gráfico 7 apresenta o país de origem das importações catarinenses. Novamente, é possível ver a franca expansão da participação chinesa, de forma que no início da década as importações desse país correspondiam a 25,66% das importações catarinenses e ao final do período já tinha atingido 37,87%. Além desse, o Chile aparece com de 7,48% na pauta importadora catarinense, seguido pelos Estados Unidos. Para além da hegemonia chinesa, é importante perceber que há nas importações catarinenses uma maior incidência de países vizinhos latino-americanos, o que indica uma maior integração comercial regional com o estado.

Gráfico 7 – País de origem das importações, Santa Catarina (2010-2020)



Fonte: MDIC; Elaboração dos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a cantilena neoliberal acredita que as “reformas” são a solução para todos os problemas da economia nacional, a indústria brasileira continua perdendo espaço na pauta do comércio externo do país. Ainda que reformas possam melhorar o ambiente econômico, elas são apenas um aspecto, tendo em vista que existem outros pontos tão ou mais importantes na conformação de uma política industrial para tornar o país competitivo no âmbito internacional, especialmente as políticas científicas e tecnológicas e suas principais agências de fomento à inovação e à competitividade. Mas parece que isso não é relevante para a agenda neoliberal, considerando-se o desmonte dessas áreas em curso no país há vários anos.

Em função disso, nota-se que a pauta exportadora brasileira, além de ser predominantemente dominada por produtos primários baseados na exploração dos recursos naturais, tem baixíssima participação de produtos da indústria de transformação com alta intensidade tecnológica, sendo raros os produtos industriais exportados pelo país com elevada competitividade oriunda de uma maior complexidade técnica. Certamente essa situação pode ser creditada à falta de uma política industrial ativa que estimule um perfil produtivo que seja capaz de competir no mundo globalizado.

Sem dúvida, essa é a principal razão que faz o país perder participação no comércio mundial a cada ano, conforme vimos em um item específico deste artigo, ou seja, o Brasil passou a responder por 1,19% do comércio mundial em 2019, quando em 2010 era responsável por 1,32%. Esse desempenho levou o país a se situar na 27ª posição no *ranking* mundial dos maiores exportadores (WTO).

Quando se analisa o comportamento das exportações do país nos últimos anos na perspectiva das grandes categorias econômicas, nota-se que há um predomínio absoluto dos bens intermediários, em detrimento de uma maior participação dos bens de capitais. De um modo geral, esse fato confirma a tendência à reprimarização da pauta exportadora do país, uma vez que os produtos classificados como “bens intermediários”, em sua maioria, são produtos agrícolas, alimentos, combustíveis e outros produtos de baixa densidade tecnológica destinados ao atendimento das demandas da indústria internacional. Já as importações são compostas por uma expressiva parcela de bens de capitais, indicando que cada vez o país exporta bens com baixo valor agregado e importa produtos com alta complexidade tecnológica.

Especificamente em relação ao comportamento da balança comercial do país, nota-se que o saldo registrado em 2019 retornou ao patamar de 2016 em função da

desaceleração do comércio mundial observado no referido ano diante da “guerra comercial” entre os Estados Unidos e a China, fazendo com que o comércio global fosse fortemente reduzido. Já em 2020, devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus que afetou a economia global, nota-se um superávit de 6% em relação ao ano anterior. Todavia, grande parte desse resultado positivo decorre do recuo de 10% das importações. Soma-se a isso, o fato de que no momento mais agudo da pandemia sobre a economia brasileira, sobretudo quando o mercado mundial ficou mais restritivo ao comércio de bens manufaturados, as exportações de produtos agropecuários cresceram exponencialmente e contribuíram decisivamente para o resultado final. Por fim, também não se pode ignorar os efeitos positivos sobre a balança comercial da taxa de câmbio mais competitiva no ano de 2020, quando o Real passou de 4,27 por dólar em janeiro de 2020, para 5,20 em dezembro do mesmo ano.

Em relação à balança comercial do estado de Santa Catarina, observa-se uma tendência muito semelhante àquela verificada para o conjunto do país, tanto em termos das exportações como das importações. No primeiro caso há, inclusive, uma maior concentração em produtos primários de base agropecuária com baixo valor agregado, enquanto que as importações se concentram nos bens mais intensivos em tecnologia, categoria que cresceu fortemente ao longo de toda a década considerada. Em grande medida, esse aspecto ajuda a explicar o fato da balança comercial catarinense ter apresentado sucessivos saldos comerciais negativos ao longo de todo período considerado. Além disso, é visível a importância cada vez maior da China como principal parceiro comercial do estado, sendo o país com maior participação tanto nas exportações como nas importações. Em segundo plano aparecem os Estado Unidos, porém com tendência de queda em sua participação no comércio externo catarinense.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The dutch disease and its neutralization: a Ricardian Approach. In: **Revista de Economia Política**, v.28, n.1, p.47-71, 2008.

CARTA IEDI. **A complexidade das exportações brasileiras e a concorrência da China**. São Paulo: IEDI, Carta 1054, jan/2021.

CARTA IEDI. **Exportações de manufaturados: Brasil em rota declinante**. São Paulo: IEDI, Carta 1058, jan/2021.

HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A. **The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity**. Massachusetts Institute of Technology and Center for International

Development, Harvard University, 2013. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. First Edition (2011).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação por Grandes Categorias Econômicas: CGCE – IBGE**. 2013. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/cgce-publicacao.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MDIC – MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comex Stat**, 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em 07 fevereiro de 2021.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, v.30, n.2, p.219-232, abr-jun/2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. In: **Revista NECAT**, ano 3, n.5, p.24-48, 2014.

PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de “doença holandesa”**. São Paulo: FIESP-IEDI, Conferência Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. Ago/2005.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialization: causes and implications**. Washington (DC): International Monetary Fund (IMF Working Paper 97/42), 1997.

SOUZA, I. C. S; GABRIEL, L. F.; CARVALHO, L. D. Desindustrialização e comércio exterior: uma análise para a economia brasileira no período recente. In: **Revista Desenvolvimento Econômico (RDE)**, v.1, n.42, p.317-343, abr/2019.

WTO – World Trade Organization. **World Trade Statistical Review 2019**. Geneve (Switzerland): WTO, 2020.

WTO – World Trade Organization. **World Trade Statistical Review 2020**. Geneve (Switzerland): WTO, 2021.

Recebido em 13 de fevereiro de 2021 e aceito em 24 de fevereiro de 2021.